

“A VOZ PÚBLICA”: AÇÕES E REAÇÕES DE PROFESSORES E MORADORES DE JUIZ DE FORA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Marcelo Gomes Silva*

Resumo: Analisar as formas de se manifestar empreendidas pelos professores e moradores da cidade de Juiz de Fora no início da República é o objetivo deste trabalho. As ações desses sujeitos são indícios importantes da percepção, a partir da experiência de cada um e das relações existentes entre eles no espaço da cidade, de qual seria a melhor forma de agir para conquistarem o que desejavam. O uso dos requerimentos enviados à Câmara Municipal, a utilização da imprensa, assim como os abaixo-assinados dos moradores consistem em fontes do estudo proposto e constituem um conjunto de ações que representa a “voz pública” em prol de uma causa.

Palavras-chave: Requerimentos. Abaixo-Assinados. Manifestações. Formas De Agir. Juiz de Fora.

“The public voice”: actions and reactions of teachers and residents of Juiz de Fora at the beginning of the Republic

Abstract: Analyze the ways to manifest it undertaken by teachers and residents of the city of Juiz de Fora at the beginning of the Republic is the objective of this study. The actions of these subjects are important evidence of perception, from the experience of each and of the relationship between them in the space of the city, from the best way to act and take what they want. The use of the requirements sent to City Chamber, the use of journalistic press and the undersigned produced by residents consist of sources of proposed study and constitute a set of actions that represents the public voice in defense of a cause.

Keywords: Requirements. Undersigned. Manifestations. Forms Of Acting. Juiz de Fora.

* Mestre pela linha *Instituições, Práticas Educativas e História da Educação* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; atua como Professor pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Faculdade de Educação de Belford Roxo; R. São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro, 20550-013; marcelogomes.dasilva@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

As diferentes formas de se manifestar dos moradores e professores da cidade de Juiz de Fora no início da República apontam o escopo deste trabalho. As ações e reações desses sujeitos são compreendidas como uma “voz pública” que, em certa medida, contribuía para o debate educacional na cidade, interferindo de algum modo nas políticas propostas pelo poder público local. Percebeu-se que os sujeitos utilizaram de diferentes formas de agir, materializado em distintos suportes, entre eles os jornais, os requerimentos enviados à Câmara Municipal e os abaixo-assinados. Essa diversidade de atuação é considerada indício importante que demonstra uma percepção, por parte das pessoas, de como agir para conquistar o que se deseja, considerando a experiência de cada uma e as relações existentes entre elas no espaço da cidade. A documentação utilizada possui um caráter de visibilidade pública, o que é justificado pelas ações enquanto formas de reivindicação. Ao mesmo tempo, demonstra a presença dos professores nos diferentes espaços de sociabilidade de Juiz de Fora, pois se fizeram representar nas escolas, nos jornais, na Câmara Municipal, enfim, na sociedade como um todo.

O ato de manifestar se configura em diferentes formas e dimensões.¹ Muitas atitudes de professores podem ter sido motivadas pelas suas relações com a causa da instrução. No caso do universo empírico utilizado neste estudo, observam-se manifestações em uma fase que demonstra um amadurecimento dos professores e uma percepção de como se deveria agir, assim como se encontram outras formas e mecanismos utilizados por professores para se queixarem, reclamarem, enfim, de algum modo intervir, fazendo-se ouvir na busca de solucionar algum problema ou questão no seu cotidiano:

Levamos ao conhecimento do ilustre sr. Dr. Secretário do Interior que o prédio em que funcionava a escola pública do sexo masculino do arraial da Chácara, deste município, ameaça completa ruína e esta quase a desabar. É tal o estado do estrago no referido prédio, que o professor se viu forçado a transferir a escola para outro prédio, naturalmente á custa própria, para assim se livrar, e aos seus discípulos, de provável incidente. Ora, como esse prédio é próprio do Estado, segundo estamos informados, cumpre que o governo mande repará-lo, senão reconstruí-lo, para que sirva aos fins a que foi destinado, não somente, mas ainda para não acarretar ao Estado possível prejuízo dali originário. Si o sr. dr. Secretário do interior atender a esta reclamação, prestará

inolvidável serviço à pequena população do arraial da Chácara. (CORREIO DE MINAS, 09 nov. 1897, p. 2).

As queixas, pedidos e críticas representadas nos requerimentos, assim como nos jornais, demonstram as formas de atuar destes professores, condicionados pelas suas possibilidades, suas relações e suas condições materiais, fatores que definiriam os limites e os tipos de ações de cada um.

Xavier (2005), ao listar os avanços e recuos operados no âmbito da educação em vários momentos da história do Brasil, aponta para a necessidade de analisar nesses contextos as tensões e negociações que marcaram a sociedade imbricada em relações políticas e culturais. Insere-se nesse viés a participação dos professores analisados nesta pesquisa. Suas formas de manifestar podem ser compreendidas como um ato de negociação.

Nesse sentido, tem-se o exemplo de Maria Judice Tavares, Professora na escola municipal da Tapera, bairro onde vivia parte da população pobre, localizado na periferia de Juiz de Fora. A situação de sua escola refletia a de muitas outras na cidade, que nas palavras da própria Professora se encontrava “completamente desprovida”. Diante desta situação, Maria Judice resolveu manifestar-se apresentando a situação para o inspetor escolar municipal por um requerimento. Ao “dar sinais de sua presença”, no fim de 1905, a Professora mostrou-se descontente com a situação da escola e revelou em seu pedido a ausência de “móvia escolar, material didático e livros.” (TAVARES, 1905).

Desse modo, vários docentes empregaram artifícios para conseguirem o que desejavam, agindo de forma individual ou em conjunto, usando da criatividade nas formas de operar em prol de uma conquista de causa, como em um simples pedido de material para a sua escola, a exemplo do requerimento da Professora Maria Judice Tavares. Pedidos que desnudam e escancaram as deficiências, expõem as demandas existentes e, em última instância, forçam as atitudes dos órgãos competentes.

As ações dos professores, pelos requerimentos ou anunciadas nos jornais,² incorporam um conjunto documental que possibilita uma reflexão pelas categorias de análise, ou seja, percebem-se nesses escritos diferentes intenções. Assim, encontram-se entre a documentação: queixas, pedidos, críticas, denúncias, ou ainda, comunicados por parte dos docentes em cumprimento de alguma questão legal.

As queixas, críticas e denúncias de professores surgem entre as colunas dos jornais, a exemplo de um professor que em 1898 acusa os deputados de não aumentarem o vencimento dos professores e ainda cortarem do orçamento

a verba para a compra de livros para alunos pobres (CORREIO DE MINAS, 05 set. 1898, p. 1). As publicações na imprensa se constituíram como importantes espaços de manifestação, tanto por parte de professores quanto da população em geral, que também criticava o uso da instrução pública como recurso político e de retórica, denunciando as más-condições de funcionamento das escolas públicas (CORREIO DE MINAS, 12 abr. 1898, p. 1).

Como demonstra Araújo, “[...] o jornal [...] era utilizado como a ‘voz pública’ diante de um contexto de grande exclusão política, formando uma ‘esfera pública’ conscientemente utilizada como forma de reivindicação de direitos.” Nesse sentido, os professores também apresentavam suas queixas, usando o jornal como “voz política”:

Queixa-se por nosso intermédio ao sr. Dr. Secretario do interior o sr. Tenente José Marcellino Ribeiro, professor publico de uma das cadeiras primarias da cidade do Pomba, de estar lutando com inúmeras dificuldades de vida, porque o inspetor escolar dali caprichosamente, lhe nega atestados de cumprimento de dever desde o mês de junho do ano corrente. (CORREIO DE MINAS, 23 nov. 1904, p. 1).

Pelo teor das queixas, percebe-se que o jornal cumpria a função de mensageiro, mediador, o intermediário, embutido de um discurso de neutralidade que já era comum neste tipo de suporte informativo, pois era “[...] dever da imprensa imparcial e independente dar abrigo a uma acusação da mais alta gravidade, que afetava a moral pública.” (CORREIO DE MINAS, 09 abr. 1907, p. 1). O discurso da imparcialidade propagado pelo jornal induzia a ideia de que notícia e fato eram similares, ou seja, se o papel do jornal era apenas relatar os fatos de maneira “imparcial”, a descrição da notícia em suas páginas seria a descrição do fato, tal como ocorreu. Porém, o historiador deve manter uma postura problematizadora diante das fontes.

Qualquer historiador sério sabe que os “fatos” são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes, podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e que mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras – técnicas que nos forneceriam a ‘história’ já embalada e sem o contato da mente humana, através da ingestão automática do computador – podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas. (THOMPSON, 1981, p. 38).

A publicidade da imprensa proporcionaria mais legitimidade à queixa, e salvaguardaria, em certa medida, a figura do professor, considerando que

os jornais, em alguns casos, assumiam o papel de acusadores, denunciando os abusos de autoridade de inspetores com os professores públicos (CORREIO DE MINAS, 20 out. 1904, p. 2).

Os diferentes espaços utilizados pela população de Juiz de Fora para se queixar foram objetos de estudo de Araújo (2007, p. 33), que analisou as queixas remetidas por “pessoas comuns” aos jornais *O Dia* e *O Pharol* entre 1900 e 1924:

As queixas apresentam-se como um documento notável para o estudo da cultura política popular, pelo fato de ser uma das poucas ocasiões onde as pessoas comuns podiam tornar públicas as suas opiniões e expectativas políticas. Além disso, constituíam um espaço bastante democrático, pois eram gratuitas e podiam ser feitas por analfabetos.

Percebe-se que as formas de agir dos professores não se diferenciavam das pessoas comuns.¹ Tanto estas quanto aquelas usavam dos espaços possíveis como maneira de reivindicar, queixar, pedir, enfim, de algum modo angariar alguma conquista frente às suas demandas, já que “[...] a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.” (LEVI, 1996, p. 180). Seguindo esse pensamento, Araújo (2007, p. 21) considera tais tipos de ações como uma ruptura com os avaliados modelos tradicionais de organização política:

Tradicionalmente, os mecanismos formais da organização política – o voto, a participação em partidos políticos, a filiação partidária – são vistos como espaços privilegiados para o exercício da cidadania. Entretanto, a política da Primeira República foi caracterizada pela permanência de práticas políticas arcaicas garantidoras da manutenção dos poderes oligárquicos, não abrindo espaço para a participação popular. Daí justificar-se a exclusão desta estratégia de nossa análise. Veremos que os mecanismos fraudulentos utilizados pelas elites eram claramente percebidos pela população, o que a levou a afastar-se da política oficial e procurar outros meios de participação.

O autor identifica três formas de atuação que representam o uso de diferentes espaços pela população: “[...] a imprensa, através de reclamações e reivindicações; os requerimentos enviados à Câmara Municipal, largamente utilizados durante o período; e a sociedade civil organizada, principalmente as associações mutualistas e entidades de classe.” (ARAÚJO, 2007, p. 15).

Nota-se uma similaridade entre as ações dos professores e da população, ou seja, o uso dos espaços percebidos como potencialmente relevantes às suas atuações, a exemplo dos requerimentos e dos jornais. Portanto, pode-se considerar que os professores não estavam “à frente” das “pessoas comuns”. Suas queixas refletem uma forma de agir, de operar, que pode ter sido utilizada como uma das poucas possibilidades encontradas. Desse modo, as relações de sociabilidade de alguns professores no espaço da cidade podem ter permitido ações mais elaboradas, para além das queixas nos jornais.

Ao mesmo tempo que os jornais atuavam como intermediadores dos professores, também davam guarida aos inspetores, preenchendo as suas colunas com várias críticas sobre o professorado, pautadas e legitimadas em depoimentos de pessoas “da maior respeitabilidade”. Em alguns casos, os editoriais esclareciam de forma bastante contundente o porquê de certas publicações:

Em relação à notícia que ontem publicamos, isentando o sr. Inspetor escolar de Rio Novo da acusação de ter contribuído para a desonra de uma professora daquela cidade, temo hoje a acrescentar que fomos procurados por duas pessoas da maior respeitabilidade, e que nos afirmaram ser verdadeira a nossa primeira notícia em todos os seus pontos. Fizemos ontem uma retificação, por dever de lealdade e porque nos foi apresentada uma carta da professora em questão desmentindo a acusação que pesava sobre aquele funcionário, que, além do cargo que exerce, é sacerdote. Assim como damos abrigo a acusações, da gravidade da que se trata, franqueamos nossas colunas à defesa do acusado. Entretanto, devemos declarar que a nossa primeira local foi baseada em informações que nos foram ministradas por pessoas dignas de crédito e de respeito, assim como estas linhas são escritas pelo mesmo motivo. É o caso do sr. Secretário do interior mandar abrir rigorosa sindicância. (CORREIO DE MINAS, 04 abr. 1907, p. 1).

A questão da denúncia entre um inspetor e a professora de Rio Novo se arrastou por alguns dias pelas páginas do jornal. O jornal *Correio de Minas* publicou o trecho acima confirmando o ocorrido. Os jornais podem ter cumprido um papel de encorajador, ou seja, os professores eram também leitores e, ao se depararem constantemente com casos de denúncia, de queixas, podem ter impulsionado muitos desses sujeitos a também utilizarem esse meio como um possível porta-voz. Dessa maneira, suas escritas e seus manifestos estariam chegando a vários professores. Mas os professores, além de queixas, também formulavam pedidos aos órgãos públicos por meio de requerimentos.

2 “VENHO SOLICITAR” “POR INTEIRA JUSTIÇA”: AS MELHORIAS NECESSÁRIAS ESBOÇADAS NOS PEDIDOS

As queixas, em sua maioria, eram realizadas por intermédio dos jornais, ou seja, objetivavam o alcance de um público considerável. Porém, os professores, além de se queixarem, recorriam ao poder público para fazer seus pedidos encaminhados por meio dos requerimentos. São inúmeros documentos enviados de professores para inspetores ou enviados diretamente para a Câmara Municipal. “Esses documentos são portadores de enunciados, expectativas, valores e interesses cuja análise pode revelar como aquelas pessoas viam o Estado e a si mesmas.” (ARAÚJO, 2007, p. 54). Nesse sentido, a partir dos requerimentos, percebe-se que os professores se viam desprovidos de condições materiais suficientes para manter suas aulas, como este documento de 1891 sugere:

O professor dessa cidade Joaquim Maria Alvernas, em ofício dirigido a esta Inspeção reclama providencias no sentido de se mudar a sua escola para uma casa maior, que comporte melhor os alunos, que a frequentam e pede livros e um auxiliar em atenção ao avultoso número de meninos matriculados [...] (ALVERNAS, 1891).

A relação das queixas com o jornal pode ser compreendida como uma estratégia dos professores para conseguirem o seu objetivo. Quer dizer, a publicidade de uma queixa proporcionaria mais tonalidade à questão reclamada pelo professor. Nesse sentido, pode-se pensar que os espaços escolhidos para determinados tipos de manifestações, esboçados em forma da escrita, pelo jornal ou por requerimento, eram definidos pelo tipo de benefício almejado pelo autor/solicitante.

Nessa acepção, essas ações são importantíssimas por demonstrarem a existência de um diálogo entre os professores, ou seja, a percepção, a partir da experiência de cada um e até mesmo das relações existentes entre eles no espaço da cidade, de qual a melhor forma de agir para conquistarem o que desejavam, seja esse desejo um “clamor pela união”, ou simplesmente um pedido de mobília para a escola, o que era essencial para o seu funcionamento.

Portanto, essas possíveis experiências aqui inferidas podem ter levado à configuração encontrada na documentação. Geralmente, as queixas se faziam em público, “aos berros”; já os pedidos, eram feitos “ao pé do ouvido”. O requerimento consiste em um documento de caráter público, ainda assim não possui a publicidade característica da imprensa. Os pedidos expunham uma deficiência das escolas, mas também discorriam sobre outros assuntos:

Tendo chegado ao meu conhecimento que se acha vago o prédio do antigo Conselho distrital, à rua Bernardo Mascarenhas, prédio esse que foi destinado a escola mista atualmente por mim regida, venho solicitar a vossa intervenção junto ao Ex. Sr. Dr. Presidente da Câmara, afim de que me sejam entregues as chaves do mesmo para nele reabrir as aulas no próximo dia 16. Saudações respeitosas. (WOOD, 1908).

A figura do mediador, presente nos pedidos encaminhados aos órgãos administrativos, representava um reforço para alcançar o que se desejava (MIGNOT, 2005). O intermediário poderia ser um político ou alguém próximo daquele que receberia a solicitação. No caso citado, a professora faz a solicitação por intermédio do inspetor escolar. O requerimento sugere também a existência de um diálogo entre os professores, no que diz respeito à instrução na cidade, pois o pedido surgiu a partir de algo que tinha chegado ao conhecimento da professora sobre um prédio que se achava vago. Ora, qual o interesse na circulação desse tipo de informação, senão o desejo prático pela abertura da escola? Nesse sentido, infere-se que este diálogo ocorria, bem como a leitura das queixas dos jornais. Todo esse aparato pode ter contribuído para a ação dos professores e influenciado no modo como se faria o pedido, como se deveria operar e do que se constituía enquanto um pedido.

As solicitações não necessariamente significavam um ganho apenas para o professor, pediam-se coisas que representavam o bem comum de toda a escola:

A abaixo assinada, estando promovendo um festival para o dia 22 deste, a se realizar no Teatro Juiz de Fora em benefício da escola estadual da Tapera, sendo o produto desse festival empregado na compra de objetos escolares para os seus alunos, paupérrimos e sem recursos para esse fim, bem como para compra de vestuário para alguns deles, vem solicitar a S. Exc. Seja dispensada do pagamento do imposto municipal para realização de festivais dessa natureza. Dado o fim altamente nobre desse festival, a abaixo assinada conta desde já com o apoio de S. Exc., isentando-a do pagamento do referido imposto. Nestes termos espera deferimento. (ALVES, 1920).

Os requerimentos possuíam uma característica comum entre eles, representada nos modos como se pedia. Essa questão será discutida em outro momento deste artigo, a partir dos abaixo-assinados enviados à Câmara Municipal pela população de Juiz de Fora, embora os requerimentos também tenham sido usados pelos professores.

Percebe-se uma nítida intenção de convencimento do agente público. Para isso, usava-se uma escrita que transparecia uma dramatização da situação; em seguida, solicitava-se o que se desejava. Na citação anterior, a Professora Alvi-
na de Araújo Alves, antes de tocar na questão da isenção dos impostos, ouve uma descrição da situação dos alunos da escola, todos “paupérrimos”, por isso era tão importante que o pedido fosse deferido.

A demanda por escola era uma realidade da população da cidade, o que pode ser comprovado pelos abaixo-assinados dos moradores. As solicitações dos professores corroboravam para uma melhoria desse quadro, pois a maioria dos requerimentos estava relacionada à abertura e ao funcionamento de escolas:

[...] tendo esta escola por mim regida, necessidade urgente de uma mobília, venho disto vos fazer ciente e, apelando para o vosso patriotismo e amor da classe pobre que necessita de Instrução e recebe esta, quase sempre nas escolas publicas, espero que levareis em consideração o que vos peço. Convém vos observar que a escola daqui não possui sequer um só banco e tem diariamente uma frequência de 25 alunos. (ASSIS, 1891).

Mesmo que não fosse a intenção dos professores atenderem à demanda da população, mesmo que as solicitações se relacionassem com um desejo pessoal do requerente, ainda assim havia um ganho prático para os moradores. Os professores, a partir de suas ações, em certa medida, intervinham no universo educacional da cidade.

Adelia de Carvalho Chelles professora normalista, mantendo uma aula particular do curso primário à rua St^a Antônio n^o 37, com a frequência de 20 alunos, cujas mensalidades são feitas pelos respectivos pais, numero este, que poderia elevar-se ao dobro se os pais que tem solicitado matricula pudessem pagar, vem respeitosamente pedir a V. Ex^a se digne conceder um auxílio mensal da Camara, afim do que possa admitir maior número de alunos. Parecendo de inteira justiça o requerido, espera a suplicante benévolo deferimento. (CHELLES, 1907).

Pela descrição dos professores nos requerimentos, deduz-se que o número de alunos que não frequentavam as escolas era considerável. No caso citado, tratava-se de uma escola particular e a professora requereu subsídios à Câmara Municipal para que pudesse abarcar um número maior de alunos.

A tônica dos requerimentos envolvia questões que possibilitavam um aumento do número de alunos, bem como o funcionamento da escola em con-

dições mínimas possíveis. Encontra-se desde pedidos para usar um prédio vago até solicitações para uso de um local onde já existia a escola, mas em estado tão precário que a prática docente se mostrava impossível:

Diz Isabel Nogueira de Mattos que tendo sido nomeado para reger a cadeira mista da ex colônia de D. Pedro, do distrito desta cidade, acontece que indo tomar conta da cadeira, não encontrou na casa da escola o mobiliário indispensável, tendo lhe sido entregue apenas dois bancos, um quadro negro e os livros da escola, estes mesmos dilacerados; e como o número de alunos é grande e precisa de ser acomodado, vem requerer a V. ex.^a se digne de providenciar no sentido de ser fornecido a necessária mobília para a escola. (MATTOS, 1910).

Assim como nos dias atuais existe uma dissonância entre o pensamento dos professores públicos sobre suas condições e o que dizem os órgãos administrativos, em outros momentos da história isso também aconteceu. É possível observar, ao longo deste trabalho, vários documentos que, em certa medida, são representativos dessa desarmonia. Os problemas da instrução estão inseridos em um jogo político em que cada grupo responsabiliza o outro pela questão. Há de se pensar nas responsabilidades de cada parte envolvida.

Neste trabalho, optou-se por privilegiar uma interpretação que coloca o professor no centro da análise, quer dizer, partiu-se de sua realidade, de suas manifestações, de sua participação. Esse movimento analítico justifica-se pela percepção de que, assim, pode-se trazer à luz questões que em outras lentes estariam distantes dos olhos, ou, ao menos, com outro foco, uma vez que a escrita da história não é uma operação neutra e muito menos apolítica. Envolve escolhas e essas opções são definidas pelo sujeito historiador. Portanto, os documentos utilizados e as fontes selecionadas foram frutos de uma escolha, de intervenção. Isso não significa dizer que se optou por uma análise que santificasse o professor; ao mesmo tempo, não cabe a este trabalho julgar os inspetores, colocando-os no banco dos réus e nem crucificar o Estado pelas ações frente à instrução. Constituiu-se como parte da história da profissão docente a culpabilização dos professores pela ineficiência do ensino e pelas mazelas da instrução. Alguns discursos de inspetores e outros agentes envolvidos com a instrução pública demonstram essa questão.

Os inspetores escolares parecem ser representantes do discurso do Estado sobre a incapacidade dos professores, do mesmo modo que os professores culpavam o Estado pelas mazelas do ensino e da instrução, naquele momento.

Esteves (1915), um dos fundadores da Academia Mineira de Letras em 1909 e inspetor escolar, em seu relatório, alertava o agente executivo municipal:

Basta uma simples leitura dos documentos apensos ao relatório presente para que V. Ex. se convença da inadiável necessidade de ser remodelada em seus alicerces a instrução pública municipal [...] Excluindo nomes – força é confessar – em sua quase totalidade o professorado municipal é pouco mais que analfabeto e incompetente: é certo que diremos [...] dão exemplo de trabalho e honestidade, ensinando; isso, porém, não basta e tornou-se urgente que V. Ex.; tendo em vista uma forte clarividência, tomasse em consideração o precário estado da instrução pública no município, demitindo aos incompetentes.

Apesar das acusações de ambos os lados, de fato a carência existia. E as acusações de que os professores eram os culpados, em parte envolviam também o Estado, por isso as discussões em torno da sua formação e os vários debates em torno de reformar o ensino. Em uma dessas investidas do Estado criou-se a Lei n. 318, que reorganizou o serviço público no Estado de Minas Gerais. Tal Lei suprimiu vários cargos, reduziu vencimentos de professores das escolas normais e alterou em vários outros pontos a legislação anterior (JORNAL DO COMMER-CIO, 26 nov. 1901, p. 1).

Apesar de serem considerados incompetentes, os professores das escolas normais de todo o Estado de Minas Gerais “[...] conformaram-se com a redução de seus vencimentos votados pelo Congresso Mineiro”, assim as escolas não seriam extintas (JORNAL DO COMMERCIO, 22 nov. 1901, p. 1). Pode-se entender essa atitude como um ato político dos professores para conseguirem algo mais à frente. Outros documentos mostram como várias atitudes por parte dos docentes ocorreram no sentido de manter as escolas em funcionamento, até mesmo a realização de um Concerto, para com a verba comprar roupas para as crianças pobres em idade escolar (CORREIO DE MINAS, 05 jul. 1904, p. 1).

O jogo de forças entre os professores e os agentes do Estado não fez surgir críticas somente por parte dos últimos. Apesar de considerados diversas vezes incompetentes, os professores também fizeram críticas, contribuindo, assim, para o debate em torno da instrução. Um professor público primário escreve para o jornal *Correio de Minas* fazendo considerações sobre a reforma do ensino:

Sr. Redator – “Tenho acompanhado, cheio de interesse, todos os artigos que o seu jornal tem publicado, sobre instrução pública, desde que entrou em execução a reforma do ensino. E, pela constante leitura desses artigos procuro orientar meu

espírito, para melhor poder distribuir ensino pelos alunos a mim confiados. Ainda ultimamente li quanto aí foi escrito a propósito de adoção de livros escolares e do horário instituído para os dois grupos dessa bela cidade e tive ocasião de ver mais uma vez, o bom senso com que o Correio de Minas discute todas as questões referentes ao ensino primário. (CORREIO DE MINAS, 06 abr. 1907, p. 1).

A reforma do ensino a que se refere o professor é a Reforma João Píneiro de 1906, que instituiu os grupos escolares, instalados em Juiz de Fora em 1907. A notícia reforça a ideia já exposta sobre o diálogo entre os professores a partir dos jornais, ou seja, percebem-se nos documentos menções dos professores às suas “constante(s) leitura(s)” dos artigos publicados nos jornais. Nesse sentido, as críticas, as queixas e outros escritos feitos por alguns professores podem ter criado um encorajamento por parte de outros para que eles também usassem desse espaço. O professor da citação anterior elogia o “bom senso” do jornal *Correio de Minas* para tratar do ensino, e continua:

Parece, entretanto, que a suprema direção deste importantíssimo departamento de serviço público encara com descaço e mofa todas quantas objeções procedentes e sensatas se oponham à orientação intransigente da secretaria do interior, sejam quais forem os absurdos que daí decorram. Ainda agora o Minas Gerais traz um ofício circular aos inspetores escolares municipais, recomendando-lhes continuas visitas às escolas e assídua vigilância sobre o modo por que vai sendo interpretado e executado o novo programa de ensino, com todos os seus erros, disparates e absurdos, como o seu jornal mesmo já tantas vezes há demonstrado. A primeira observação que ocorre é indagar si os inspetores escolares, municipais e distritais, têm a instrução precisa e a necessária competência pedagógica para entrarem no exame e apreciação de questões dessa natureza, de questões que constituem, por si mesmas, bem característica especialidade, quando é lícito duvidar-se da própria autoridade pedagógica de não poucos inspetores técnicos e, quem sabe? Daqueles mesmos que constantemente andam a fazer regulamentos, programas etc. Cargos não remunerados, escolhidos para eles indivíduos indicados pela direção partidária, como podem ser eles desempenhados com a competência que lhes atribui o sr. Dr. Carvalho Brito? (CORREIO DE MINAS, 06 abr. 1907, p. 1).

A tensa relação entre os professores/inspetores fez surgir vários conflitos como demonstrado neste trabalho. Tensão que é fruto não apenas de desavenças pessoais, mas também em razão da relação Estado/docentes, uma disputa pela responsabilidade da melhoria do ensino. De um lado, o Estado culpava os

professores; de outro, os professores culpavam o Estado. Materializado na figura dos seus agentes, a exemplo dos inspetores, esta tensão acabava gerando conflitos.

Na crítica acima, o professor questiona o papel instituído aos inspetores com o novo regulamento, que previa uma efetivação da fiscalização no sentido de fazer cumprir as exigências. Nesse caso, a arma utilizada, de forma até irônica, é a mesma que os professores sempre foram acusados, ou seja, o discurso da incompetência. O autor do artigo indaga se o inspetor teria a “necessária competência pedagógica” para cumprir sua função, já que eles eram “indicado(s) pela direção partidária”. Assim, o professor segue sua crítica indagando:

[...] com que direito exige o governo que cidadãos assim investidos prestem, com essa suposta e assídua competência técnica, serviços tais ao Estado? Se fora isto possível, nada justificaria o enorme dispêndio que ao tesouro mineiro ora acarreta a inspeção técnica remunerada, quando as escolas publicas estão a cair de lazeira e quando a cada passo de alude às premências financeiras de Minas. Mas admita-se a hipótese de que todos os inspetores municipais e distritais, não obstante sua procedência suspeita, disponham de atributos e predicados pedagógicos que lhes permitam semelhante proficua inspeção. Como poderão eles, nesse caso, operar a transformação das escolas, ainda mesmo lentamente, si o governo, até hoje pelo menos, não cuidou, se quer, de prove-las de material escolar e didático, por mais modesto que este seja? (CORREIO DE MINAS, 06 abr. 1907, p. 1).

O artigo publicado no *Correio de Minas*, em 1907, representa bem as questões já observadas em outros documentos. Por mais que um discurso sobre a necessidade de reformar o ensino fosse uma constante, sem investimento material em instrução pública, quer dizer, a garantia de condições materiais mínimas para as escolas, apenas mudanças no corpo legislativo não resolveriam a questão, pois:

Sem um guia, onde venham sistematizadas algumas lições modelo, sem bons quadros negros, sem mobiliário apropriado, sem mapas geográficos pedagógicos, sem esfera e sem cadernos escolares feitos de papel pautado quadricularmente, de que maneira, sr. Redator, hei de ministrar a meus alunos o conhecimento da leitura por meio da palavrção, o da escrita vertical (note-se que nenhum de nós se preparou em caligrafia) e tudo mais que o programa exige? De que maneira hei de conduzi-los em viagens simuladas, si me falta o necessário material, si me faltam mesmo conhecimentos de geografia comercial, que a instrução que recebi não comportava, assuntos estes de esfera da economia política? Veja esta agora, sr. Redator. Para os sete alunos que constituem o meu atual segundo ano, os quais, aliás,

devem fazer exercício de leitura em livro próprio, tenho três volumes, estragadíssimos, do 3 livro de Hilário Ribeiro, e dois do 2º, de Abílio. Eis aí, sr. Redator, os elementos de que disponho para executar o programa oficial referente ao segundo ano primário. E eu quero crer que as demais escolas não estarão organizadas diferentemente. (CORREIO DE MINAS, 06 abr. 1907, p. 1).

A crítica do professor, que não assina seu nome na notícia publicada no jornal, contém em seu bojo uma questão que era corrente também entre os inspetores escolares: a discrepância entre a lei e a prática. Nos relatórios dos inspetores encontram-se momentos em que eles argumentam sobre as dificuldades em se fazer valer a lei, em razão das condições indevidas que se achavam as escolas. Essa foi a tônica da publicação, que encerrou ilustrando com a prática, o quanto seria difícil a concretização das novas exigências estabelecidas pela reforma João Pinheiro:

Eu, com os meus magros 150\$ mensais, de que ainda se deduz uma assinatura obrigatória e forçada do “Minas Gerais”? O meu colega distrital, com os seus magríssimos 116\$000? O mesmo raciocínio se estende à questão de casa e mobiliário. Nos termos do regulamento deve a sala escolar ter de superfície 8m,00 x6m,00. Onde está a casa com semelhante sala e quem fornece? Quanto a mim (e isto sucederá aos demais colegas) alugo a casa que mais me convém, e nenhuma lei, humana e divina, me forçará ao contrário. Preciso dos ordenados para que meus filhos não morram de fome nem andem nus. Assim, pois, minha sala escolar tem apenas a superfície de 3m, 40 x 5m,50. Bem sei que desse modo me falta espaço para melhor disposição dos alunos e proveitoso manejo do quadro negro. Mas, o Estado não me fornece o prédio. E, si eu pudesse manter de aluguel uma casa onde se encontre sala com a dimensão escolar (e tal casa seria a melhor da cidade em que moro) necessariamente eu teria outra profissão e deixaria o magistério. A reforma do sr. Dr. Carvalho Britto poderá brilhar ao longe, como os fogos de artificiais. Aqui em Minas a triste realidade é a que acabo de esboçar nestes alinhavos. Aceite, sr. Redator, meu protesto de alta consideração, “etc.”. (CORREIO DE MINAS, 06 abr. 1907, p. 1).

Conforme destacado, foram vários os momentos em que os professores se mostraram atuantes, assim como aqueles momentos eles foram postos à aprovação. Como ilustrado pelo exemplo anterior, não foram poucas as vezes que os professores tiveram que “soltar suas vozes” para, não somente se defenderem, mas principalmente serem reconhecidos e conquistarem seu espaço. Foi pensando nessas lutas, nessas disputas, nessas reações, ora por questões

maiores, ora por assuntos que, muitas vezes, pareciam irrelevantes aos olhos de alguns segmentos da sociedade, enfim, foram por essas reivindicações que este trabalho se pautou e se orientou.

3 OS ABAIXO-ASSINADOS DE MORADORES COMO FORMA DE DENÚNCIA E REIVINDICAÇÃO

Ao compreender a importância do reconhecimento de diferentes agentes na participação e na organização no processo educacional, fez-se necessário ouvir as vozes dos personagens que muitas vezes foram entendidos como secundários na história. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho caminhou na direção de reconhecer a ação e a reação dos professores de Juiz de Fora, na busca por espaço, por voz, na tentativa de agir e reagir a um contexto e se inserir como sujeitos ativos na história da educação que estava sendo escrita e executada nesta cidade.

Conforme analisado em momentos anteriores, a instrução pública, a escolarização e a educação são temáticas que estiveram presentes em debates que envolveram diferentes esferas institucionais, como: a escola, a Câmara Municipal e os órgãos estaduais, abarcando atores que circulavam nesses espaços, a exemplo dos professores, inspetores escolares, secretários de Estado e até mesmo políticos. Gondra e Schueler (2008) ampliam essa ideia de presença, de participação e apresentam o processo de cultura escolar como prática social e histórica, além de ilustrar a amplitude dos processos educacionais, formais e não formais e dos grupos sociais, “[...] como a educação familiar, as oficinas de artistas e artesãos, os sistemas de aprendizagem do trabalho agrícola e rural, os professores domésticos ou preceptores, as associações religiosas e leigas.” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 19). Os autores mostram que as participações eram oriundas de diferentes classes e que é preciso dar visibilidade a essas forças organizadas que atuaram no terreno da instrução no Brasil, além de contribuírem para o entendimento de que, ora aliados, ora em campos distintos, os aparatos público, religioso e “civil” não se manifestaram isoladamente.

Sales e Faria Filho (2009) mostram que no Brasil a expansão da cultura escolar foi impulsionada ainda nas primeiras décadas do século XIX, não cabendo aqui apresentar a República como um lugar de pioneirismo e inovação, nem mesmo como um período de ruptura e progresso. Entende-se a institucionalização do ensino como parte de um processo em transformação e proveniente de várias forças de atuação espalhadas e recorrentes em variáveis momentos e lugares do

território nacional. Nesse sentido, a pesquisa sobre a cidade de Juiz de Fora possibilita a investigação acerca dos diferentes agentes envolvidos no processo de ensino e suas ações frente à instituição de uma cultura escolar na República, embora se compreenda que experiências semelhantes ocorreram em períodos anteriores.

Isso não quer dizer que a influência da instituição escolar não se tenha feito sentir, ao longo de nossa história, lá onde ela não existia ou por aqueles que não a frequentaram. Pelo contrário, a ação escolar fez-se sentir além de seus “muros”, irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais, entre outras. (SALES; FARIA FILHO, 2009, p. 22).

No trabalho de Araújo (2007), com o objetivo de analisar as queixas entre os anos 1900 e 1924, foram levantadas estas queixas feitas pela população e divididas as reclamações em cinco categorias: segurança, água, luz e obras públicas/higiene. No entanto, houve reclamações ou referências por parte da população a outros temas menos abordados nos jornais pesquisados pelo autor, entre eles a educação. A partir dessa classificação, foi feita uma Tabela demonstrativa das categorias encontradas.

Quadro 1 – Demonstrativo dos tipos de queixas da população de Juiz de Fora (1900-1924) nos Jornais “O Pharol” e “O Dia”

Reclamações/Tipo	N.	%
Obras públicas	103	42,3
Segurança	73	30,3
Água	30	12,3
Luz	16	6,5
Outras	21	8,6
Total	243	100

Fonte: Araújo (2007, p. 35).

As queixas da população em relação à educação figuram-se entre os 8,6% que abarcam ainda os temas fiscalização, transporte, impostos e outros. Pelos dados da Tabela, a temática educação foi pouco abordada pela população. Porém, alguns dados são relevantes para problematizar essa questão. Devem considerar os jornais utilizados pelo autor. A Tabela foi formulada a partir da pesquisa em dois jornais da cidade: *O Pharol* e *O Dia*. Se tomarmos os *Jornal do Commercio* e *Correio de Minas* como parâmetros, a recorrência de notícias sobre a educação será considerável. Encontra-se, nesses dois periódicos, um nú-

mero considerável de queixas de professores, assim como pedidos de moradores da cidade para a abertura de escolas:

Moradores do arraial da Grama tem pedido a nossa intervenção junto da Câmara para o restabelecimento ali da escola municipal. Quando foi suprimida, essa escola tinha uma frequência de 70 e tantos alunos que estão privados da continuação de seus estudos. De nada precisa tanto estes pais como de instrução e educação. Todos os sacrifícios devem ser feitos pelos poderes públicos no sentido de fornecer ao povo que trabalha e não tem recursos às vezes para a subsistência diária, os meios de educar os seus filhos. É de toda a justiça o que pretende a população da Grama, sendo de esperar que a sua pretensão seja amparada pelo sr. Dr. Agente Executivo e pelo sr. Vereador pelo distrito da cidade e afinal atendida pela Câmara. (JORNAL DO COMMER-CIO, 03 abr. 1906, p. 2).

A investigação sobre as ações dos moradores da cidade e seus pedidos por escolas remetem a uma aproximação com a chamada “história vista de baixo”, a qual permite a possibilidade de “[...] uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história.” (SHARPE, 1992, p. 54).

Nesse sentido, além das queixas dos professores encontradas nos jornais, mostraram-se relevantes as reivindicações por escola feitas pelos moradores da cidade de Juiz de Fora a partir de abaixo-assinados. Os professores também eram moradores da cidade, mas o termo “moradores”, utilizado neste trabalho, remete às pessoas que não necessariamente possuíam uma relação direta com a instrução formal, tais quais os professores, mas que entendiam a necessidade desta como uma questão de suma importância. Estes documentos são importantes à medida que ajudam a refletir sobre questões relativas ao modo como os moradores se dirigiam à Câmara Municipal, ou seja, a maneira como se tecia a construção argumentativa em torno da solicitação à Câmara. Os abaixo-assinados imprimiam intenções particulares, vontades de uma parte da população. Neles estavam impressos desejos manifestos e, provavelmente, havia interesses ocultos. Assim, cabe perscrutar tais discursos ali apresentados.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias, e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, por elas

menosprezados, a legitimizar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Pode-se ainda pensar sobre a existência de proximidades entre as formas de escrita das solicitações, percebendo-as como estratégias usadas pelos moradores para terem a sua demanda atendida. Há de se pensar também na existência de um diálogo entre os moradores, na intencionalidade dos pedidos, no papel que esses agentes estão ocupando no processo histórico. Compreender os abaixo-assinados e as indagações inferidas a partir deles, sob a luz da perspectiva aqui enunciada, sugere que as experiências dos sujeitos, seus costumes, seus sentidos construídos e compartilhados, contribuíram efetivamente para o processo de escolarização ocorrido na cidade.

Os abaixo-assinados simbolizam uma forma de requerer algo com o poder executivo municipal, contendo pedidos e reivindicações, mas, ao mesmo tempo, representam uma forma de denúncia das deficiências existentes, expondo, assim, as demandas relativas à instrução pública na cidade e contribuindo para o seu melhoramento. Enquanto documentos que são, tais requerimentos consistem em uma representação, uma função simbólica da realidade operada por signos linguísticos que informam uma das diferentes modalidades de apreensão do real (CHARTIER, 1990, p. 17).

A leitura dos abaixo-assinados demonstra que os moradores tomavam a educação como um direito e a existência ou abertura de escolas nas localidades como uma forma de justiça. Apesar disso, ocorria todo um cuidado com a construção argumentativa esboçada em um abaixo-assinado, ou seja, na forma como se pedia algo à Câmara Municipal, mesmo que fosse um direito que estivesse ali sendo reclamado. Nesse sentido, pode-se encaminhar a análise em duas direções; primeiro no que era pedido ou requerido; e, segundo, na forma como ocorria este pedido, ou seja, na argumentação utilizada. É possível pensar a argumentação como uma tática daqueles que a discursaram e/ou a escreveram em forma de abaixo-assinado. Ele, enquanto documento, traz consigo muitas representações e significados, logo, entendidos como prova, como representação e materialização de uma suposta “realidade”, o documento está impregnado de intencionalidade e pode ser compreendido como um instrumento de poder. Para Le Goff (1996, p. 535-536), “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” Considera-se, portanto, a argumentação expressa nos abaixo-

-assinados como estratégias, recursos linguísticos para convencer, para persuadir, ou seja, como um instrumento de poder (HUNT, 2001).

No conjunto dos abaixo-assinados analisados encontram-se pedidos relacionados à abertura de escolas. Entre eles, destaca-se o documento de 1903, em que os moradores pedem “[...] o restabelecimento da escola primária do sexo masculino do bairro Botanágua [...] a cargo do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro.” (ABAIXO-ASSINADO, 1903).

É interessante perceber neste documento a relevância dada pelos moradores ao nome do Professor citado, como se a figura do professor constituísse um fator positivo na argumentação dos moradores. Aqui, pode-se enfatizar o papel do professor no projeto civilizatório idealizado pelo Estado a partir do século XIX e que perpassou pelo Império, conservando-se nas primeiras décadas republicanas. A partir da análise da primeira Lei mineira que organizou a instrução pública na Província – a Lei n. 13, de 1835 – percebe-se que, entre outras determinações, foi imposta a criação de escolas normais à formação de professores primários, que deveriam representar o modelo de cidadão esperado pela sociedade. Assim, o professor deveria se qualificar, mas também participar do projeto civilizatório, divulgando a necessidade da instrução do povo, fiscalizando a presença dos alunos, como também assumindo o seu compromisso e missão com a nação. Essa mesma Lei, em seu art. 5º, determinou que fossem demitidos os professores públicos de instrução primária que não tivessem em suas escolas tantos alunos quanto se podiam frequentar, evidenciando a preocupação em evocar a atenção de toda a população para a necessidade da instrução. Outra exigência destinada aos professores pelo art. 2 do Regulamento n. 3, também sancionado neste ano, tratava da rigorosa obrigação em “doutrinar a mocidade nas mais puras ideias religiosas” e fazer-lhes poupar a importância da União e integridade do Império. A imagem do professor enquanto missionário e exemplo de conduta pode justificar a exposição deste enquanto representante e símbolo de autoridade para a população.

O Professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, cujo nome foi citado no abaixo-assinado mencionado anteriormente, foi um Professor atuante na cidade. Pensa-se que isso possa ser um indício para justificar o fato de os moradores desejarem que ele continuasse a ministrar as aulas, ao ponto de firmarem essa posição por escrito em um documento que reclamava pela reabertura da escola e que o nome do Professor se vinculava à seguinte atribuição: “constituindo-se verdadeiro apóstolo do magistério.” E estes pareciam crer na reabertura da escola, pois, segundo eles, estava:

Na consciência de todos que a escola de Botanágua, pela grande e assídua frequência de seus alunos, é a que não pode ser suprimida, mesmo porque a sua vasta zona escolar abrange na parte de zona suburbana, cuja população numerosa e densa, aufere os benefícios da instrução que proporciona-lhe a dita escola [...] (ABAIXO-ASSINADO, 1903).

Em outro abaixo-assinado, dessa vez no ano de 1904, os moradores do Morro de Santo Antônio, localidade de Juiz de Fora, ponderam sobre a [...] necessidade da criação de uma cadeira mista neste bairro, habitado por grande número de meninos pobres e que precisam receber a educação primária [...]” (ABAIXO-ASSINADO, 1904). Os pedidos, portanto, continham, em sua maioria, menção à reabertura e manutenção de escolas que foram suprimidas, como um abaixo-assinado de 1905, em que moradores da Rua Bernardo Mascarenhas requeriam a manutenção de uma escola suprimida naquele mesmo ano.

Um ano depois, em 1906, alguns moradores de Ewbank da Câmara, distrito de Juiz de Fora, pedem a “[...] fundação de uma escola n[aquele] lugar a fim de que a Pátria para o futuro t[ivessem] homens capazes de prosseguir o trabalho dos do presente.” (ABAIXO-ASSINADO, 1906). Observa-se a estratégia de convencimento aos propósitos sociais. Para Lynn Hunt (2001, p. 23) “[...] as palavras não reflet[em] apenas a realidade social e política; [são] instrumentos de transformação da realidade.” Além de abertura de escolas, encontram-se também, no ano de 1906, pedidos de subvenção à Câmara Municipal, feitos por moradores de uma localidade conhecida como Colônia de Cima, nos quais os moradores mantinham uma escola com seus próprios esforços.

Entre os pedidos encaminhados à Câmara, nota-se uma preocupação dos moradores com os professores. No caso já citado, em que moradores pedem a reabertura de uma escola no ano de 1903, não se esqueceram de reafirmar a intenção de terem como professor da escola aquele que nela antes se encontrava. Alguns anos depois, a preocupação dos moradores com os professores continuou.

Em outro distrito da cidade, conhecido como Sarandy, em 1914, os moradores requereram à Câmara um pedido de aumento dos vencimentos de uma professora, pois “[...] o número dos alunos frequentes [era] grande e o ordenado que a mesma [tinha na época era] por demais diminuto.” (ABAIXO-ASSINADO, 1914). Os moradores opinavam, também, pelos abaixo-assinados, pedindo nomeação de professor.

Do ponto de vista da construção argumentativa dos abaixo-assinados, percebe-se um padrão no modo como se dirigiam ao agente executivo, com características similares que podem ter sido estabelecidas pelas próprias experiências anteriores no modo de pedir algo, de requerer uma condição que eles mesmos sabiam lhes pertencer por “direito” e “justiça”. O uso de recursos argumentativos parece ter servido como estratégia daqueles que solicitavam algo ao agente público. Ao analisar a correspondência recebida por Anísio Teixeira quando esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, Mignot (2005, p. 62) percebeu que as professoras se apropriavam de termos utilizados por outros grupos, para conseguirem o que desejavam:

As professoras que apelaram diretamente ao diretor da Instrução Pública lançaram mão de recursos argumentativos semelhantes aos dos políticos que invocavam a “boa vontade”, “a boa atenção”, “o vivo empenho” do educador. Certas de que ele tinha “ciência e consciência”, “espírito justicheiro”, “suma gentileza” para nomear, substituir, contratar, transferir, demitir e escreveram para reivindicar cargos, mudanças de escolas e dispensa de estágio, por exemplo.

Os requerimentos, pedidos e encaminhamentos enviados ao Poder Executivo Municipal em forma de abaixo-assinados, apresentam características que contribuem para uma contextualização da situação educacional na cidade. Os moradores eram os principais prejudicados pela falta de estrutura e escolas, de acordo com o que o corpo do texto dizia. Pode-se interpretar essa forma de atitude como uma ação direta, mesmo se supor que os textos tenham sido escritos por uma única pessoa, ainda, assim, seu caráter era coletivo.

Outra observação possível de levantar se refere à imagem exemplar e condutora do professor aos olhos da população. Assim como alguns docentes da cidade pregavam a união, possivelmente os moradores tenham percebido que, coletivamente, conseguiriam melhores resultados em seus requerimentos, apesar de a existência de reivindicações por escola pública ocorrerem na forma de abaixo-assinados desde o século XIX (CAMPOS, 2006).

Pelo seu caráter coletivo, os abaixo-assinados também podem ser considerados como manifestos, pois, ao pedir, requerer ou comunicar algo que estava errado, em falta, os moradores estavam se manifestando e, em certa medida, denunciando uma condição de precariedade. O que importa nesse tipo de ação é alcançar, conseguir o objetivo, ou seja, que o pedido seja atendido. E para isso os moradores usaram estratégias, o que pode ser percebido pela padroniza-

ção da escrita utilizada, dos recursos linguísticos adotados para o propósito que se almejava alcançar (HUNT, 2001). Os requerimentos iniciavam-se com tons elogiosos: “Os abaixo-assinados, moradores nesta cidade, convictos da solicitude e máximo zelo, com que a ilustre corporação cuida dos interesses e bem-estar dos seus munícipes, não hesitarão em trazer a presente representação [...]” (ABAIXO-ASSINADO, 1903).

Apesar de se tratar de um requerimento, um pedido, a impressão é de que os moradores usavam artifícios, não demonstrando se fazer uma exigência. Ou seja, não colocavam a figura do agente executivo municipal em questão: “Os abaixo-assinados moradores no Morro de Santo Antônio, nesta cidade, vem respeitosamente ponderar à V. Exc.; a necessidade da criação de uma cadeira mista neste bairro [...]” (ABAIXO-ASSINADO, 1904). O termo “ponderar” remete a um diálogo, passando para o Presidente da Câmara Municipal o papel de decidir se a localidade necessitava ou não de uma cadeira mista. A hipótese para esse caso é que os 19 moradores que assinaram o pedido não precisavam “ponderar” em nada sobre a necessidade da abertura da escola, mas ainda assim o fizeram, persuadindo e dando motivo para que o Presidente da Câmara intercedesse a favor deles, ao dizerem que o bairro era “[...] habitado por grande número de meninos pobres e que precisa[va] receber a educação primária, havendo para isso prédio que se prest[ava] para a instalação da escola, cuja frequência ser[ia] superior a que [era] exigida pela lei.” (ABAIXO-ASSINADO, 1904). Thompson (1987, p. 72) ajuda a entender essa recorrência ao afirmar que “[...] por trás de cada forma de ação popular direta [...] pode-se encontrar alguma noção de direito que a legitime.”

Em outros casos, os moradores deixaram claro em quais condições requeriam: “os abaixo-assinados, eleitores e moradores.” Alguns pedidos apelavam para um grau de dramaticidade, como uma maneira de tentar alcançar o almejado pela compaixão do agente executivo municipal: “Nós, moradores [...] pesarosos por ver nossos filhinhos crescerem sem a luz da instrução e sendo exíguo os meios ao nosso dispor para proporcioná-los esses conhecimentos, vimos, por meio deste requerimento, fazer um apelo [...]” (ABAIXO-ASSINADO, 1906).

O modo como se pedia, portanto, parece ter constituído um padrão argumentativo entre os moradores, fazendo com que estes iniciassem um abaixo-assinado de forma cautelosa, elogiosa, com todo o cuidado. Em um segundo momento, mostravam um conhecimento da realidade educacional da cidade, antecipando possível negação do pedido: “[...] não colhe o argumento de não serem lisonjeiras às finanças municipais, pois [...] os abaixo-assinados respeitosamente

lembram, que sem grande necessidade, a Câmara Municipal subvenciona o Asylo João Emílio [...]” (ABAIXO-ASSINADO, 1903). Por último, ainda dentro da ideia de “padrão argumentativo”, percebe-se que os abaixo-assinados finalizavam fazendo referência à justiça e à noção de direito.

Os moradores, ao assinarem seus nomes no fim de um requerimento ou pedido, estavam concordando com o conteúdo ali exposto, já que nesse tipo de documento os sujeitos que o assinam captam, reúnem e firmam opiniões e posições (GONDRA; LEMOS, 2004). Uma posição firmada pelos moradores e observada nos abaixo-assinados foi a de que a escola era um direito da população e sua implementação nas localidades era um ato de justiça, como evidenciado nos trechos abaixo:

Embora simples, e sem atavios, as considerações que deixam expostas, parecem suficientes para convencerem da necessidade de ser estabelecida a escola do Botánagua, de cujo *direito* não deve ser despojada a população escolar daquele bairro, e os abaixo-assinados confiados na legitimidade de sua pretensão, confiam que serão atendidos. (ABAIXO-ASSINADO, 1903, grifo nosso).

Os signatários desta, confiantes no espírito *justiceiro* de V. Exa. e conciso da criação de uma cadeira mista nesse local, vem consultar as necessidades dos habitantes deste ponto da cidade, esperando dos poderes municipais, que com tanto brilho e patriotismo tem procurado administrar os negócios deste município, consiga solução a esta representação por ser de *inteira justiça*. (ABAIXO-ASSINADO, 1904, grifo nosso).

Apesar do modo como se iniciam os abaixo-assinados, todo o cuidado tomado pelos moradores na escrita do documento, todas as estratégias utilizadas, os tons elogiosos, enfim, por trás de todo esse aparato, a causa dos moradores era legitimada pela ideia de escola como direito e como justiça.

Compreender o direito como espaço de conflito implica diretamente em restituir à plenitude da condição de sujeitos os setores submetidos ao longo da história às mais variadas formas de dominação, em contraposição a análises contemporâneas que, ao reduzir a experiência dos primeiros à sua vitimização, tendem a negar a inserção de sua agência ao processo histórico. Ao mesmo tempo, esta vitimização tende a ser estendida aos principais herdeiros atuais destas lutas, obscurecendo o significado de seu patrimônio de conquistas históricas. Da denúncia de formas de opressão seculares passa-se então com facilidade à substituição da ação destes sujeitos sociais concretos pela teoria como espaço privilegiado de luta emancipatória. (FORTES, 1995, p. 107).

As reivindicações em forma de abaixo-assinados são importantes por explicitarem, pelas diversas assinaturas, a participação dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização na cidade de Juiz de Fora, uma exigência entendida por eles como parte de um direito.

4 CONCLUSÃO

Percebe-se, ao final deste trabalho, que a população da cidade de Juiz de Fora, assim como os professores, utilizou diferentes espaços como meios de reivindicação por escola pública. Os jornais podem ter contribuído para engrossar as queixas, já que os professores leitores, ao depararem-se constantemente com casos de denúncia, de queixas, podem ter se encorajado também a utilizarem esse meio como um possível porta-voz. Nesse sentido, essas ações são importantíssimas por demonstrarem a existência de um diálogo entre os professores, ou seja, a percepção, a partir da experiência de cada um e até das relações existentes entre eles no espaço da cidade, de qual a melhor forma de agir para conquistarem o que desejavam, seja esse desejo um “clamor pela união”, seja ele uma mobília para a escola, o que era essencial para o seu funcionamento.

Portanto, essas possíveis experiências aqui inferidas podem ter levado à configuração encontrada na documentação: as queixas geralmente eram feitas na imprensa, já os pedidos eram feitos por requerimentos. Reclames, queixas e ações em prol de instrução pública eram encontrados na imprensa, que retratava as condições precárias das escolas e as condições de trabalho dos professores. Estes também reivindicavam, tanto nos jornais quanto encaminhando questões à Câmara Municipal. Entretanto, os abaixo-assinados elencam outro agente envolvido no debate. A escola pública era assunto de todos, dessa forma, também dos moradores, os quais vão se inserindo neste debate da sua maneira, usando estratégias, fazendo valer as suas experiências para serem recompensados e fazerem atendidos seus interesses.

Como visto, os documentos utilizados foram instrumentos para demonstrar a presença dos professores nos diferentes espaços de sociabilidade de Juiz de Fora. Fizeram se representar nas escolas, nos jornais, na Câmara Municipal, na sociedade como um todo. Suas participações configuram-se em ações, reações, lutas e outras possíveis categorizações de se atrelar aos “meios de resistência”, parte do processo de profissionalização docente.

Notas explicativas:

¹ Segundo o dicionário Houaiss (2001), a palavra manifestar significa: “[...] apresentar(-se), dar sinais de sua presença; mostrar(-se), revelar(-se).”

² Como a escrita da história é limitada pela existência de fontes, cabe um esclarecimento sobre a questão dos jornais utilizados. Trabalhou-se principalmente com o *Correio de Minas* e o *Jornal do Commercio*, fundados nos anos 1894 e 1896, respectivamente. Por esse motivo, foi encontrado um número maior de queixas após o ano de 1900.

³ O autor define “pessoas comuns” como: “[...] todos aqueles que de um certo modo estavam excluídos da política formal que caracterizava a República oligárquica, ou seja, aqueles que ficaram de fora dos pequenos grupos que tomavam as decisões políticas nos moldes do velho clientelismo que remonta ao século XIX no Brasil, e que por isso tiveram que traçar estratégias diferenciadas para reivindicar suas demandas.” (ARAÚJO, 2007, p. 14).

REFERÊNCIAS

ABAIXO-ASSINADO. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 114, 1903-1906.

_____. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 158, 1915.

_____. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 159, 1914.

ARAÚJO, L. da S. **Vozes que não se calam**: a experiência de cidadania na primeira República. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

ALVERNAS, J. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 17, 1891.

ALVES, A. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 154/02, 1920.

ASSIS, C. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 154/01, 1891.

CHELLES, A. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 154/02, 1907.

CAMPOS, J. C. P. A reivindicação por escola pública na Corte Imperial: requerimentos e abaixo-assinados como instrumento de luta por Instrução Pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2006.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORREIO DE MINAS. Juiz de Fora, 1897 a 1907.

ESTEVEES, A. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 154/02, 1915.

FARIA FILHO, L. M. de; SALES, Z. E. S. de. Escolarização da infância Brasileira: a contribuição do Bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: FARIA FILHO, L. M. de.; INÁCIO, M. S. (Org.). **Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais**: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FORTES, A. O direito na obra de E. P. Thompson. **História Social**. Campinas, n. 2, p. 89-111, 1995.

GONDRA, J. G.; LEMOS, D. C. A. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. **Revista Rio de Janeiro**, n. 13-14, maio/dez. 2004.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOUAISS A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

HUNT, L. **A nova História Cultural**. 3. ed. São Paulo: Martins Editora, 2001.

JORNAL DO COMMERCIO. Juiz de Fora, 1901 a 1906.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MATTOS, I. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 154/02, 1910.

MIGNOT, A. C. V. O carteiro e o educador: práticas políticas na escrita epistolar. **Revista Brasileira de História de Educação**, jul./dez. 2005.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

TAVARES, M. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 154/01, 1905.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

_____. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981

WOOD, M. **Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora**. Série 154/01, 1908.

XAVIER, L. N. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. **Educação**, v. 30, n. 2, 2005.

Recebido em 23 de janeiro de 2013

Aceito em 15 de junho de 2013

